UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

EDUARDO LIRA DOS SANTOS

O PROFISSIONAL DA ARQUEOLOGIA ENQUANTO EDUCADOR E MEDIADOR CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DA ATUAÇÃO SOCIAL DA PESSOA ARQUEÓLOGA NA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

Recife
2022

EDUARDO LIRA DOS SANTOS

O PROFISSIONAL DA ARQUEOLOGIA ENQUANTO EDUCADOR E MEDIADOR CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DA ATUAÇÃO SOCIAL DA PESSOA ARQUEÓLOGA NA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Profª Drª Viviane Maria Cavalcanti de Castro

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Eduardo Lira dos.
O profissional da arqueologia enquanto educador e mediador cultural: reflexões sobre as práticas da atuação social da pessoa arqueóloga na educação em museus / Eduardo Lira dos Santos. - Recife, 2022.
70 : il., tab.

Orientador(a): Viviane Maria Cavalcanti de Castro
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Arqueologia - Bacharelado, 2022.
Inclui referências, apêndices.

1. Arqueologia Pública. 2. Educação Museal. 3. Educação Patrimonial. 4. Profissionalização da Arqueologia. I. Castro , Viviane Maria Cavalcanti de. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

Dedico este trabalho à Maria, a mais nova “pessoinha” da família, que veio a este mundo por meio de Beth, minha irmã. A elas, todas as coisas boas e leves, que a vida seja sempre generosa e amável.

AGRADECIMENTOS

Começo essa sessão de agradecimentos pedindo licença aos meus ancestrais, que são ecoados em saberes que perpassam pelas minhas famílias “por parte” do Pará e do Ceará, principalmente as minhas bisavós, a “Vozinha” e “vovó Lídia”, mulheres fortes e de fé, ao qual reconheço a potência matriarcal no tecido da minha história.

Agradeço aos diversos espaços de acolhimento nos anos da minha formação em arqueologia em Recife. A começar pela minha mãe, Eliete, e meu pai Etevaldo, onde meu retorno à região Nordeste por meio da Arqueologia me trouxe maior proximidade com os mesmos e possibilidades de novas vivências familiares. Gratidão por sempre me apoiarem e me acolherem!

Agradeço às minhas irmãs Laninha e Beth, que mesmo distantes, no eixo sul do país, estão presentes no meu dia a dia. Estamos juntes sempre!

Também agradeço aos colegas da turma 2017.1 da graduação em Arqueologia, especialmente aos amigos Matheus, Gibran, José, Juliane, Jade, Luana, Nichollas. Fico feliz em ver nosso progresso e como nossa formação foi bastante agitada. Fizemos muito! Agradeço também a colegas de outros períodos: Ravena e “Ing” (Ingrid), pessoas onde criei maior proximidade e que compartilham de desejos em comum na construção de novas oportunidades para nós, arqueólogues.

Agradeço à professora Viviane Castro, minha orientadora, em me acolher nesta empreitada, depois de tantas mudanças de temas, e aos seus ensinamentos durante a minha formação numa perspectiva crítica e atual.

Agradeço à acolhida e orientação do professor Ricardo Pinto, ministrante da disciplina do TCC, que me incentivou a não desistir e concluir esta graduação.

De maneira geral, agradeço a todo o corpo docente e técnico-administrativo do Departamento de Arqueologia da UFPE por conceder uma boa formação. Agradeço especialmente ao professor Henry Lavalle, que sempre me proporcionou a prática da pesquisa e me entendeu quanto ao meu anseio em mudar de tema e orientação.

Agradeço ao Instituto Ricardo Brennand, na pessoa de Nara Galvão, e aos diversos colegas da Ação Educativa: nossa coordenadora Ruth Gabino, e os meus

colegas André, Joacy, Marcelo, Allyson, Beatriz, Carla Pedrosa, Carla Xavier, Elianara, Moisés, Ziel, Jéssica, e tantes outres que entram e saem nesse setor. Obrigado, sobretudo, em ter me dado uma oportunidade desde 2017 e de permitir experienciar diversas práticas educativas, assim como permitir incríveis relações interpessoais. Destaco aqui o meu agradecimento a Geovania, “Geo Mary”, grande mulher que com seu cafezinho alimenta agradáveis momentos no cotidiano do nosso trabalho.

Aos meus amigos que estão longe ou perto, gratidão! Amália, que desde minha primeira atuação em espaços culturais em Porto Alegre está próxima e presente, mesmo morando em “Brasólia”; a Thiago, Jennis, Natinha (e sua linda filha Luísa Nahin) e Yasmim (colegas da eterna Yellow House), Mônica, Mariama, Alexei, Angela, Priscila, Shayná, pessoas que carrego no meu coração e que sou grato por manter nossas amizades.

A própria cidade do Recife, muito obrigado! Sempre me proporciona encantamentos, lindas vivências, alimenta minhas alegrias e desejos. Sua efervescência cultural, principalmente a popular negra, como os cocos, afoxés, maracatus, ao seu cenário artístico diverso!

“Quando não souber para onde ir, olhe para trás e saiba pelo menos de onde você vem”.

Provérbio africano

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre o papel dos profissionais em arqueologia enquanto comunicador e educador, especificamente no contexto da educação não-formal. Adotou-se o contexto do museu enquanto espaço de possibilidade de atuação profissional. Para isto, a monografia enumera e interrelaciona as discussões presentes nos campos da Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Educação Museal em torno da profissionalização da arqueologia e faz uma análise dos dados obtidos por um questionário direcionado à comunidade arquelógica e para não-arqueólogos/as/ues. As respostas ao questionário mostram que o tema é de interesse para estudantes e profissionais e que existe uma pequena parcela que atuam ou já atuaram em educação em museus. Para os estudantes de arqueologia, percebeu-se que estagiar em um setor educativo de um museu é uma oportunidade de aprendizado, de praticar habilidades com o público e de acesso à ocupações renumeradas durante sua formação acadêmica. Já para o público não-arqueólogo, é predominante a ideia de que haja uma formação curricular na área da Educação para esta atuação, observando-se uma tensão quando se traz o aspecto da profissionalização.

Palavras-chave: Arqueologia Pública. Educação Museal. Educação Patrimonial. Profissionalização da Arqueologia.

ABSTRACT

The present research aims to reflect on the role of professionals in archeology as communicators and educators, specifically in the context of non-formal education. The context of the museum was adopted as a space for the possibility of professional activity. For this, the monograph enumerates and interrelates the discussions present in the fields of Public Archaeology, Heritage Education and Museum Education around the professionalization of archeology and analyzes the data obtained by a questionnaire aimed at the archaeological community and non-archaeologists. wow The answers to the questionnaire show that the topic is of interest to students and professionals and that there is a small portion that work or have worked in museum education. For archeology students, it was perceived that interning in an educational sector of a museum is an opportunity to learn, to practice skills with the public and to access paid occupations during their academic training. For the non-archaeologist public, the idea that there is a curricular formation in the area of Education for this activity is predominant, observing a tension when the aspect of professionalization is brought up.

Keywords: Public Archeology. Museum Education. Heritage Education. Professionalization of Archeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O arqueólogo como articulador entre patrimônio e sociedade..... 19
Figura 2 – Muitos nomes para uma profissão só..... 28
Figura 3 – Perfil dos entrevistados..... 31
Figura 4 – Fluxograma do questionário..... 31
Figura 5 – Gênero dos participantes..... 33
Figura 6 – Faixa etária dos participantes..... 34
Figura 7 – Autoidentificação de cor ou raça dos participantes..... 34
Figura 8 – Unidades federativas onde os participantes residem..... 35
Figura 9 – Grau de escolaridade dos participantes..... 36
Figura 10 – Você estagia/trabalha ou já estagiou/trabalhou em museu?..... 36
Figura 11 – Área de atuação em museus..... 37
Figura 12 – O estágio de educação em museu é válido para a sua formação?..... 38
Figura 13 – Você já teve alguma disciplina na área de educação dentro da sua formação profissional em arqueologia?..... 41
Figura 14 – Nomes das disciplinas da área de educação indicados pelos participantes..... 41
Figura 15 – Nessas disciplinas foi abordado o conceito de educação em museu/ educação museal?..... 42
Figura 16 – Você conhece o Programa Nacional de Educação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)?..... 42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fases educacionais que levam ao engajamento cívico e à prosperidade cívica..... 24
Tabela 2 – Correlação entre modelos de avaliação de práticas educativas realizadas por profissionais da Arqueologia..... 25
Tabela 3 – Atividades exercidas enquanto educadores em museu..... 37

SUMÁRIO

1.	**INTRODUÇÃO.....**	**12**
2.	**ARQUEOLOGIA PÚBLICA: A ATUAÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL EM ARQUEOLOGIA……..**	**18**
3.	**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA FORMA DE ATUAÇÃO.....**	**21**
4.	**EDUCAÇÃO MUSEAL.....**	**26**
5.	**METODOLOGIA.....**	**30**
5.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	30
5.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	30
6.	**RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS.....**	**33**
6.1	DELIMITAÇÃO DO PERFIL……..	33
6.2	RESPOSTAS DOS/AS PROFISSIONAIS EM ARQUEOLOGIA…….	36
6.3	PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES QUE NÃO SÃO PROFISSIONAIS E/OU ESTUDANTES DE ARQUEOLOGIA REFERENTES AO TEMA...…..	43
7.	**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**	**47**
	REFERÊNCIAS.....	**50**
	APÊNDICE A:FORMULÁRIO ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO EM MUSEUS.....…...…….....….....….....….....….....…...…..……..	**57**

1. INTRODUÇÃO

No meu processo de formação no Curso de Bacharelado em Arqueologia tive a oportunidade de estagiar na Ação Educativa do Instituto Ricardo Brennand[1], onde hoje pertenço ao quadro efetivo do setor. Atuo especificamente na educação museal e mediação cultural, áreas que já possuem uma ampla rede de discussões e articulação profissional multidisciplinar, cujas atribuições têm relação direta com o público e é intrínseca à função social do museu em comunicar e educar.

As minhas inquietações sobre a relação da arqueologia e da educação em museus são uma constante. Primeiro enquanto o diálogo de conceitos, conteúdos e práticas, e segundo quanto a percepção de uma aparente estranheza de ser um arqueológo(a/e)-educador(a/e), onde se abarca aqui habilidades e competências bem estabelecidas de distintas áreas de trabalho.

Em um século marcado pela dinamização do trabalho, com profissões multitarefas, aliada a uma sociedade do desempenho cujas oportunidades cada vez mais advém de um “empreendedorismo de si mesmo” (HAN, 2017), o(a) profissional em arqueologia se depara com o livre exercício da profissão, cujo leque de possibilidades de atuação é amplo no cenário das ciências humanas e do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que a formação curricular interpela por um autêntico profissionalismo, intensificada após aprovação da Lei Federal n°.13.653, de 18 de abril 2018 (BRASIL, 2018), que a regulamenta. A lei reconhece o singular papel desta profissão diante do patrimônio arqueológico brasileiro, Bem da União, conforme consta na justificativa do texto inicial apresentado no Senado Federal, anterior à sanção da Presidência da República:

---

1 “O Instituto Ricardo Brennand, inaugurado em 2002, além de ser um espaço de guarda, conservação, divulgação de obras/objetos da cultura e da arte, é um laboratório permanente de pesquisas e construção de conhecimentos. Dentro destas premissas sua Ação Educativa Cultural, criada com a própria instituição, procura desenvolver junto aos mais diversos públicos, por meio da educação do olhar, a ampliação da percepção visual e do universo cultural através de ações propositivas, estimulando dessa forma uma atitude cidadã de preservação, conservação, criação e percepção estética. Partindo dessas premissas, o Instituto RB, cumprindo a sua função socioeducativa, propõe um projeto voltado para formação de públicos a fim de torná-los mais atuantes dentro de espaços expositivos, ampliando as possibilidades de apreensão a partir do seu acervo permanente e mostras temporárias.” (INSTITUTO RICARDO BRENNAND, 2020).

> Não se pode negar a necessidade de normas para regular uma atividade que trabalha diretamente com bens da União, dada a diretriz constitucional que afirma que, no inciso X do art. 20 da Constituição Federal, a ela pertencerem ‘as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.(BRASIL, 2014, p. 6.).

A formação acadêmica dos profissionais de arqueologia abarca diversas disciplinas que introduzem e permitem reflexões e práticas educacionais, da comunicação e sociabilização do conhecimento, como a Arqueologia Pública, a Musealização da Arqueologia e a Educação Patrimonial. Em todas estas há a preocupação em analisar a atuação social do/a arqueólogo/a/e, e, faz parte de um movimento mais amplo, enquanto disciplina das ciências humanas, o humanismo público:

> Humanistas públicos – historiadores públicos, historiadores orais, folcloristas, curadores e educadores de museus, administradores de arte pública, produtores de mídia cultural e planejadores de políticas culturais, bem como trabalhadores do patrimônio cultural – incentivam a participação do público na criação de significado sobre história, arte, e cultura. Eles fazem isso de várias maneiras: às vezes como mediadores entre a academia e o público, interpretando o trabalho dos estudiosos para o público; às vezes como facilitadores do engajamento público com a cultura; e às vezes produzindo trabalho cultural em nome das comunidades. Os humanistas públicos trabalham com humanistas acadêmicos, comunidades, organizações culturais comunitárias e indivíduos para explorar, preservar, compreender e fazer uso do patrimônio cultural, valores, crenças, conhecimentos e tradições, promovendo um exame compartilhado de cultura, arte e história para incentivar o engajamento cívico. (LUBAR, 2014, p. 6194)

Especificamente no âmbito da educação, o ato de educar está no espectro de atuações públicas da pessoa arqueóloga. No contexto das pesquisas arqueológicas a partir dos processos de licenciamento ambiental, há a exigência de Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEP) para algumas tipologias de empreendimento, conforme a Instrução Normativa n°. 01/2015, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2015):

> **CAPÍTULO III**
> **DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**
>
> **Art. 43.** Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

> […]
>
> **Art. 45.** […]
>
> § 1º O público-alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.
> § 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

A norma infraconstitucional exige a presença de profissionais da Educação na formulação e execução do PIEP conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996):

> **Art. 61.** Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> **I** - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> **II** - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> **III** - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> **III** - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
>
> **IV** - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)
>
> **V** - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

Porém, os/as profissionais de arqueologia participam ativamente na execução destes projetos orientados nas concepções pedagógicas estabelecidas pelos profissionais de educação, ativando o caráter mediador e educativo aos diferentes públicos impactados diretamente pelos empreendimentos, muitas vezes executadas

somente pelo(a) mesmo(a) *in loco.* E aqui se faz necessário distinguir as modalidades educativas da trilogia “educação formal/não formal/informal”, que estão intrinsecamente ligadas às discussões teóricas da Educação:

> Uma definição simplista da trilogia, a partir do critério estrutural […], associa a educação formal ao ensino regular, a não formal a todos os processos educativos estruturados e intencionais que ocorrem fora da escola e a informal às aprendizagens realizadas em contextos de socialização (família, amigos, comunidade). Contudo, hoje, uma abordagem compartimentada poderá não servir como instrumento de reflexão e análise da diversidade e amplitude dos processos educativos em que participam crianças, jovens e adultos”. (BRUNO, 2014, p. 13)

Ao analisar a Educação Patrimonial enquanto campo de atuação social da arqueologia, identifica-se o aspecto não-formal de modalidade educativa, dada à característica transdisciplinar, aplicável à diferentes públicos e com processos educativos realizáveis em contextos não-escolares, se assemelhando ao campo da Educação Museal ou Educação em Museus.

A “Educação Patrimonial” e a “Educação Museal”, enquanto áreas de conhecimento e atuação, possuem amplos debates, conceitos, conteúdos e metodologias, com consonâncias e dissonâncias em sua forma e substância, mas se tratam de contextos possíveis de atuação social do/a arqueólogo/a/e.

Com toda a contextualização, a presente pesquisa faz uma reflexão sobre o papel dos profissionais em arqueologia enquanto comunicador e educador, especificamente no contexto da educação não-formal. Adotou-se o contexto do museu enquanto espaço de possibilidade de atuação profissional, tema ainda não amplamente discutido no campo da Arqueologia Pública, que é “capaz de atuar de modo a promover o pensamento reflexivo sobre a própria *práxis* arqueológica em todos os níveis.” (SOUZA, 2017, p. 16)

Os objetivos deste trabalho são:

- Refletir sobre a inserção dos estudantes e profissionais da arqueologia enquanto educadores não-formais, especificamente educadores museais;
- Analisar práticas desses educadores correlacionando com conceitos e processos aprendidos durante sua formação e as novas práticas e discussões em torno da educação patrimonial e educação museal.

A justificativa se dá pela inserção destes profissionais/estudantes nas instituições museais enquanto ocupação profissional, mas cuja formação traz uma série de conceitos em educação que possuem consonâncias e dissonâncias de práticas e processos museológicos. Uma outra questão é: a formação profissional do arqueólogo/a/e prepara para as práticas educativas?

Com o intuito de abarcar essas questões, o texto foi organizado em sete seções. A primeira é esta, a introdução. Já segunda, intitulada “Arqueologia Pública: a atuação social do profissional em arqueologia” apresenta uma breve descrição deste campo de estudo, trazendo conceitos e tipos de abordagens identificadas na literatura especializada.

Na seção “A Educação Patrimonial como forma de atuação” há uma síntese sobre a evolução conceitual da área e sua institucionalização pelo Poder Público. Posteriormente, inclui este campo no contexto arqueológico ao trazer formas de avaliar as práticas educativas de projetos de educação patrimonial exigidas no âmbito do licenciamento ambiental, sugerindo que estes mesmos instrumentos de avaliação possam ser utilizados em outros contextos da Arqueologia Pública.

Já na seção “A prática da mediação e educação em museus” traz características, discussões e reflexões do campo da Educação Museal. Além disso, referencia o processo de institucionalização a partir da constituição da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e as características próprias de atuação do/a educador/a museal.

Na “Metodologia” objetiva classificar a pesquisa, que é de abordagem qualitativa e exploratória, e descreve o caminho escolhido para trazer pontos de partida para nossa reflexão, que neste caso foi o aproveitamento dos dados obtidos pelo questionário “Arqueologia e Educação em Museus”, desenvolvido em 2021 como atividade prática na disciplina de Educação Patrimonial do curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE. As respostas foram selecionadas e discutidas na seção “Resultados e Análise de Dados”, onde foram divididas em três seções, conforme a natureza do próprio questionário: “Delimitação do Perfil” dos participantes com critérios gênero, faixa etária, estado onde reside, cor/raça e grau de escolaridade; “Resposta dos/as profissionais em arqueologia”, que apresenta os resultados obtidos para este público; e “Percepções dos participantes que não são profissionais e/ou estudantes em arqueologia referentes ao tema”, onde analisa as

respostas advindas dos espaços livres para discussão no formulário para o público não arqueólogo.

Por fim é apresentado nas “Considerações Finais” uma síntese de todo o apanhado de conteúdos exposto em todo texto, assim como sugestões de possíveis caminhos para continuidade dessa reflexão.

2. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: A ATUAÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL EM ARQUEOLOGIA

A Arqueologia Pública surge a partir da necessidade da arqueologia, enquanto *práxis* social (SOUZA, 2017), em interagir e socializar o conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas. Para Bezerra de Almeida (2003, p. 276), “engloba um conjunto de ações e reflexões que objetivam saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade como estão sendo apresentadas pelo público”.

O exercício público desta profissão objetiva, primeiramente, desconstruir a imagem da arqueologia de uma atividade exótica, de deleite ou “entretenimento”, passando a ser, conforme Merriman (2004), um conjunto de processos pelos quais a sociedade apropria-se do patrimônio arqueológico a partir dos seus significados, estabelecendo-se uma relação dialógica.

Para Fernandes (2007), ao citar McGinsey III (1972), existem quatro pilares que caracterizam a arqueologia pública: legislação, gestão, ética e educação. Para essa autora estes têm o propósito de garantir proteção, preservação e defesa para o patrimônio e para os interesses da Arqueologia.

Ao passo da arqueologia ser uma área que conecta o patrimônio e a sociedade, a Arqueologia Pública reflete sobre esta atuação social. Para Souza (2017) o/a profissional, ao identificar os bens arqueológicos, promove “junto à comunidade, através da interação social, possibilidades de definições daquilo que a comunidade considera como patrimônio visando a valorização dos bens arqueológicos e culturais” (Idem, 2017, p. 41). A autora, por meio da Figura 1, mostra que esta relação movimenta as "engrenagens" da valorização deste patrimônio: os diálogos com as comunidades (ou partes interessadas), a interação social e as articulações participativas e diferenciadas.

Figura 1: O arqueólogo como articulador entre patrimônio e sociedade.

Fonte: Souza (2017)

Por ser também considerada um campo de pesquisa, a Arqueologia Pública também objetiva pesquisar e apresentar conceitos e técnicas que fundamentam propostas de engajamento da arqueologia para os diversos públicos (ou partes interessadas).

Algumas abordagens surgiram a partir da década de 1970, considerado o marco inicial enquanto disciplina, como a *interpretação pública da informação arqueológica* (FERNANDES, 2007). Esta especialidade foi fomentada nos anos 1990 nos Estados Unidos da América, quando a classe de arqueólogos/as/ues começaram a dialogar com historiadores, profissionais da educação e da museologia. Fundamenta-se na criação de programas educativos para a educação formal e não-formal, além de pensar estratégias de comunicação por meio de multimídias. A interpretação dos pesquisadores é transmitida verticalmente para o público.

A *abordagem de interesse público* é definido por Merriman (2004) a partir do modelo de déficit da ciência, ao qual se preocupa em difundir o conhecimento por meio de duas vantagens ao público: econômica (a ciência como fator de progresso e contribuidora para o bem-estar social) e democrática (o conhecimento científico ajuda nas tomadas de decisão de um regime democrático). Há o uso da educação pública (*public education*) para a transmissão do conhecimento, ou seja, os/as

profissionais de arqueologia trazem argumentos sobre o passado e “inicia” a população para o conhecimento acerca do patrimônio arqueológico (FERNANDES, 2007).

Observa-se que as duas abordagens têm influência do positivismo, ao qual Merriman (2007) denomina "authoritative knowledge” (conhecimento autoritário), em uma relação vertical de compartilhamento de saberes, cuja interpretação arqueológica é a que se sobrepõe e que deve ser transmitida ao público para a preservação do patrimônio. Em contrapartida, há um cenário de possibilidades para uma atuação mais democrática, numa perspectiva horizontal de relações e trocas de saberes.

Samia (2021) reflete sobre a atual práxis arqueológica, considerada como “desconectada dos conteúdos do campo do patrimônio cultural e da realidade das comunidades onde se vai atuar” (p. 181). Propõe o desenvolvimento de uma *arqueologia pedagógica* baseada em rupturas dos modelos tradicionais de educação - escolarização normativa e de transmissão de saberes - , convidando à uma atitude crítica, reflexiva de contra narrativas. Evoca uma série de pensadores da arqueologia e de outras áreas para compor sua proposta: Paulo Freire (FREIRE, 1987), e a pedagogia “não-bancária”; Alfredo Gonzáles-Ruibal, Pablo Gonzales e Felipe Criado-Boado (GONZÁLEZ-RUIBAL, GONZÁLEZ e CRIADO-BOADO, 2018), que se refere à multivocalidade como via de uma arqueologia mais comunitária e que envolva os diversos saberes, principalmente os que estão na periferia dos saberes; e Tânia Andrade Lima (LIMA, 2006), ao observar a relação dos pesquisadores com suas escolhas teóricas, que limitam, por vezes, o paradigma aos “ismos” clássicos da história do pensamento arqueológico (histórico-culturalismo, processualismo e pós-processualismo), fechando-se para possibilidades múltiplas de construção do conhecimento.

3. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA FORMA DE ATUAÇÃO

A Educação Patrimonial (EP) pode ser considerada um dos eixos integrantes de abordagens da Arqueologia Pública. É uma área interdisciplinar, pois agrega diversos campos de estudo do patrimônio cultural e que vem se transformando em sua concepção político-pedagógica.

No Brasil, por meio das Portarias nº. 375, de 19 de setembro de 2018 (IPHAN, 2018) e nº. 137, de 28 de abril de 2016, é considerada ação institucional no âmbito da preservação do patrimônio cultural material através do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O marco referencial ao qual conceitua a Educação Patrimonial é constituído:

> [...] de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO et al., 2014, p. 19).

Os princípios que regem a Educação Patrimonial são: (1) a *transversalidade*, pois abarca conteúdos e métodos de diversas áreas do conhecimento, o que proporciona uma relação dialógica de saberes centradas no Patrimônio Cultural; (2) a *dimensão política*, ao elucidar o caráter de tensão, conflituoso e de disputa de valoração e preservação dos bens culturais; (3) o *respeito à diversidade*, pois há várias partes interessadas e que trazem significados, narrativas e memórias a um mesmo bem cultural; (4) a *interlocução*, já que a Constituição Federal de 1998 assegura o patrimônio cultural como direito social amplo, ou seja, é algo que envolve não só o Poder Público, mas toda a sociedade ao compartilhar as ações e práticas concernentes ao campo; (5) *autonomia e centralidade dos sujeitos*, ou seja, qualquer processo educativo deve haver um uma relação de horizontalidade com os sujeitos e grupos sociais, sendo estes protagonistas, e não os objetos patrimonializados; (6) as *transformações sociais*, pois “as ações educativas não servem à capacitação para a preservação dos valores impostos por outrem, mas para a afirmação e contínua

transformação dos valores produzidos diretamente pelos sujeitos" (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2017, p. 3).

É propagada a ideia de que o termo "educação patrimonial", assim como sua concepção, veio do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial de Petrópolis (RJ), em 1983. Neste evento foi trazido a ideia de "heritage education", difundida na Inglaterra, e teve como produto final a publicação intitulada "Guia Básico de Educação Patrimonial". A Educação Patrimonial é conceituada neste guia como

> [...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA et al., 1999, p. 4).

Substancialmente, esta concepção político-pedagógica considera a EP como uma metodologia e um instrumento de alfabetização cultural, centrada no objeto cultural enquanto fonte primária de conhecimento. As etapas que fazem parte deste processo são: a observação (identificação do objeto e percepção visual/simbólica), o registro (fixação do conhecimento percebido), a exploração (desenvolvimentos de capacidade de análise e interpretação) e a apropriação (envolvimento afetivo e valorização do bem cultural) (HORTA et.al, 1999).

Tolentino (2016) reflete sobre a constante referência da última concepção apresentada nos diversos estudos ou no desenvolvimento de práticas educativas, seja em processos formais ou não-formais. Para o mesmo, percebe-se que há falácias recorrentes que divergem dos princípios democráticos e dialógicos da EP, endossando aspectos instrutivos e verticais no campo dos saberes. Ao centrar o processo educativo apenas no objeto patrimonializado por meio da transmissão de conhecimento, a mesma contribui para uma postura repressiva e opressora, gerando uma violência simbólica na conflituosa relação de poder em torno do patrimônio cultural.

A noção de conhecer para preservar é fundamentada em um modelo colonialista e eurocêntrico de concepção do patrimônio cultural, atrelada à necessidade de desenvolvimento de uma identidade nacional e na consequente relação dualista conservar/destruir, sendo o Estado quem regulamenta e atribui os valores dos bens culturais. Tolentino (2018) sugere uma educação patrimonial decolonial para o rompimento desta dominação do saber-poder ao trazer epistemologias do Sul global e uma ecologia dos saberes considerados subalternos nas políticas preservacionistas, cujo aspecto democrático e dialógico é intrínseco à concepção da EP enquanto política atual Estado brasileiro.

A Portaria IPHAN nº. 375/2018 (IPHAN, 2018) considera como instrumentos da Educação Patrimonial os inventários participativos, as Redes do Patrimônio e os Projetos Integrados de Educação Patrimonial (PIEP), este último integrante nas pesquisas arqueológicas, consideradas instrumentos de patrimonialização dos bens culturais. Logo, as discussões da Educação Patrimonial não se dissociam das reflexões sobre a *práxis* arqueológica.

Andrade (2019) apresenta uma forma de classificar os projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos em programas de pesquisa arqueológica no licenciamento ambiental. A mesma apresenta uma correlação de três perspectivas para a análise da atuação da arqueologia pública. Primeiro, são os três modelos de Cornelius Holtorf (2007), aos quais o autor aponta os tipos de relação da Arqueologia, enquanto ciência, com a sociedade: a) o modelo de Educação, onde o(a) arqueólogo(a) é o(a) "detentor(a) das verdades sobre o passado", demonstrando a autoridade do conhecimento acerca do patrimônio arqueológico; b) o modelo da Relação Pública, onde inclui a participação dos diversos agentes sociais sob um viés do marketing para angariar apoio financeiro de instituições públicas ou privadas às pesquisas arqueológicas; e c) o modelo Democrático, onde todas as pessoas são detentoras do conhecimento e possuem igual importância nas tomadas de decisão ou nas interpretações sobre o patrimônio arqueológico.

Outra perspectiva apontada por Andrade (2019) é a apresentada por Little (2007), onde são identificadas fases educacionais para engajamento cívico ("engagement") e prosperidade civil em relação ao patrimônio arqueológico, conforme demonstra a Tabela 1. Nota-se que Andrade (2019) equipara "engajamento cívico" com a "Educação Patrimonial" ao adotar tal concepção,

demonstrando que a Educação Patrimonial é uma educação para a cidadania, e não uma alfabetização cultural.

Tabela 1: Fases educacionais que levam ao engajamento cívico e à prosperidade cívica

Fase Educacional	Características
Excludente	Nível mais baixo e o escopo mais estreito, em que a comunidade é apenas do próprio pesquisador (um objeto); há apenas um ponto de vista que é monocultural; o escopo cívico é o "desengajamento cívico" e os benefícios são poucos e temporários. Os arqueólogos não têm interesse em compartilhar e nenhum incentivo para compartilhar suas pesquisas ou conhecimentos com o público inculto.
Distante	A comunidade possui habilidades de observação, em grande parte monocultural; a comunidade é ainda um objeto; distanciamento cívico. Há pouca consideração do contexto histórico ou das diferenças culturais do público.
Ingênua	A comunidade é considerada um recurso passível de ser envolvida; há uma amnésia cívica; o nível de conhecimento é sem história; nenhum ponto de vista; acultural. As ações educacionais dos arqueólogos estão nos esforços para fornecer ao público informações acessíveis (como na abordagem de interesse público).
Beneficiente	A comunidade é vista como um recurso que necessita de assistência e o âmbito cívico é de altruísmo cívico. O nível de conhecimento é a consciência das privações dentro de uma comunidade e do multiculturalismo, embora a cultura do doador seja vista como o centro normal. Os benefícios do altruísmo cívico são as necessidades imediatas de que necessita e os sentimentos do doador. Um exemplo pode ser um arqueólogo que vem em auxílio do público cientificamente analfabeto, fornecendo educação sobre a melhor maneira de olhar para as evidências do passado.
Recíproca	A comunidade é um recurso para empoderar e ser empoderado. Os benefícios são vistos como acumulados para a sociedade como um todo no presente. Esse escopo é o do engajamento cívico. Os níveis de conhecimento são uma consciência dos legados de desigualdade, competência intercultural, multiculturalismo e múltiplos pontos de vista, os valores da parceria e as artes da democracia. Há cada vez mais exemplos desse tipo de projeto em arqueologia em todo o mundo.
Geradora	O escopo cívico é o da prosperidade cívica e os benefícios se acumulam não apenas no presente, mas também no futuro. Assim como o reconhecimento dos legados da desigualdade não pode existir sem amplas perspectivas históricas e culturais, lutas bem-sucedidas por uma verdadeira democracia participativa não podem ocorrer sem reciprocidade e empoderamento mútuo. A prosperidade cívica não pode ocorrer sem o engajamento cívico.

Fonte: adaptada de Little (2007)

A concepção da educação para a cidadania é associada ao pensamento de Paulo Freire a partir da *Teoria de Educação e Trabalho Docente Conscientizador*. Para Freire (1980), conscientizar advém de uma atitude por parte do educando, a partir de uma aproximação crítica da realidade, de reflexão e comprometida com a ação. Para Andrade:

> [Paulo Freire] defende que desde o início é preciso explicitar que a relação entre ensino e aprendizagem é mútua: quem educa constrói conhecimento ao educar e quem é educado também educa durante seu processo de construção do conhecimento. Não se trata de sujeito e objeto: ambos precisam ser sujeitos nestes processos. É nesse sentido que ensinar não é transmitir conhecimentos, e não há educador sem educando, apesar das condições que colocam, eles não se reduzem a objeto um do outro. Em sua prática docente, o educador não pode negar-se ao dever de reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Ensinar demanda aprender criticamente, pensar e não apenas produzir conteúdos em pessoas. (ANDRADE, 2019, 242).

A relação entre as perspectivas de Holtorf (2007), Little (2007) e Freire (1980) podem gerar um instrumento de avaliação das práticas educativas exercidas pelos profissionais de arqueologia, seja no âmbito da EP ou em qualquer contexto de educação não-formal. Na Tabela 2 é possível observar a correlação entre os conceitos propostos pelos autores.

Tabela 2: Correlação entre modelos de avaliação de práticas educativas realizadas por profissionais da Arqueologia

	Autores		
	Little (2007)	Holtorf (2007)	Freire (1980)
Modelos	Excludente		
	Ingênua		
	Distante	Modelo de Relação Pública	
	Beneficente		
	Recíproca	Modelo de Educação	
	Geradora	Modelo Democrático	Teoria da Educação e Trabalho do Docente Conscientizador

Fonte: adaptado de Andrade (2019)

4. EDUCAÇÃO MUSEAL

A prática da educação em museus (ou educação museal) segue um contexto histórico dentro das transformações da concepção do que é museu e o consequente surgimento do campo da Museologia. Marandino (2008) descreve três etapas que compõe este processo histórico em relação ao entendimento dos museus como espaços de educação: (1) a criação do museu em instituições de ensino formal, a exemplo das universidades, ao qual se recebia um público mais restrito e a prática educativa era por meio da instrução pela observação dos objetos; (2) o fortalecimento dos museus entre os séculos XVII e XIX na Europa (e na América a partir do século XIX), absorvendo os ideais nacionalistas, resultando na ampliação do público e configurando o museu como dispositivo pedagógico complementar ao da instrução formal; e (3) a transformação da concepção de museu no século XX, que reconhece a função social e educativa e que partir da Nova Museologia, sendo a ação educativa dos museus considerada instrumento de ação social transformadora.

Para Desvallées e Mairesse (2013), a educação museal pode ser definida como "um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante; como um trabalho de aculturação, ela apoia-se notadamente sobre a pedagogia, o desenvolvimento, o florescimento e a aprendizagem de novos saberes" (p. 38).

Na Museologia, a educação museal pressupõe uma pedagogia museal, ou seja, que há um quadro teórico e metodológico que se preocupa em fornecer subsídios para as atividades educativas em um meio museal (Allard e Boucher, 1998). No Brasil, faz parte do processo de institucionalização dos museus que devem promover estas ações, a partir da formulação da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, o Estatuto dos Museus, que considera os museus:

> [...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009 p. 1)

Através de um amplo debate entre o Poder Público, museus, universidades e profissionais da educação em museus, surgiu a Política Nacional da Educação Museal, implementada pelo Instituto Brasileiro de Museus por meio da Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2018. Em um processo similar ao da Educação Patrimonial a partir do IPHAN, explanado no capítulo 3 da monografia, foi instituído o marco referencial intitulado “Caderno da PNEM”, onde caracteriza a educação museal.

> A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos. (IBRAM, 2018, p. 73).

Com isto, tais instrumentos jurídicos viabilizam a formação de um campo de atuação profissional nos contextos museais. É crescente a quantidade de museus e centros culturais que se adequam às normativas e criam setores, dentro do seu organograma, responsáveis pelas práticas educativas. A existência do educador museal perpassa, primeiramente, em uma miríade de nomes para uma profissão só, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2: Muitos nomes para uma profissão só

Fonte: Martins e Navas, 2013.

Para Martins e Navas (2013), as atribuições de um educador estão voltadas para o acolhimento e acompanhamento dos públicos nas exposições, assim como na idealização de programas educativos, no desenvolvimento de pesquisas e realização de atividades administrativas, como agendamento de visitas e gestão de projetos.

Quanto à formação destes profissionais, há uma grande diversidade de áreas de conhecimento e níveis de escolaridade. Bailey (2006) identifica uma tendência das instituições buscarem um caráter multidisciplinar de sua equipe a depender da tipologia do museu. E isto influencia na autoidentificação dos mesmos: muitos não se consideram educadores, mas professores, comunicadores, especialistas ou somente curiosos ou amadores.

Martins (2015) analisa as práticas destes profissionais ao entender o museu enquanto dispositivo pedagógico, seguindo conceito do teórico da Educação Basil Bernstein sobre o discurso pedagógico, identificando que há um discurso instrucional específico institucionalizado. Isto significa que os modelos de atuação de um educador museal parte das dimensões primárias do processo de musealização – curadoria, expografia – e das políticas internas de cada instituição – plano museológico, desejos do colecionador etc.

A atuação do educador, portanto, engloba dois aspectos: a livre formação curricular do indivíduo e sua experiência de vida e a adaptação do mesmo ao

ambiente do museu e suas concepções internas. E isto independe do modelo pedagógico que fundamenta as ações, seja ele tradicional ou progressista. Para Marandino (2008) o educador é um *decodificador* do discurso museal apresentado ao público por meio de um modelo de atuação.

Grinder e McCoy (1998) identifica estratégias de atuação dos educadores mais recorrentes durante a execução de algum acolhimento ao público:

- A visita-palestra: centrada na fala do educador, onde se cria um rápido "trânsito" em um objeto, equipamento ou espaço expositivo. O educador já possui um discurso pré-elaborado, onde o público possui um papel passivo dentro da comunicação. Tem a característica de pouca interação dos visitantes.
- A discussão dirigida: a mediação inicia por meio de questionamentos, aos quais permite ao público estabelecer um diálogo com tema ou roteiro proposto, como a leitura de uma obra de arte. O educador cria um espaço para esse diálogo, com o objetivo de aumentar a discussão a partir dos saberes do público.
- A descoberta orientada: utiliza-se de atividades, como jogos, que possibilita a formulação do público de novos aspectos do conteúdo exposto. É o tipo de visita mais interativa, baseada em um modelo de comunicação participativo, ao qual o educador incumbe-se da tarefa de formular questões instigantes para promover esta descoberta.

Algumas práticas educativas são inspiradas por meio de metodologias específicas, a depender da tipologia do museu. No caso dos museus de arte, por exemplo, é comum trazer referências da Abordagem Triangular, dentro do contexto da arte-educação, que consiste na tríade contextualizar-ler-fazer a obra de arte (PORTELA, 2020). De Mello Vasconcellos e Silva (2018) propõe a mediação comunitária colaborativa para trabalhar com públicos com vulnerabilidades sociais, como a comunidade do entorno dos museus, cujas práticas são construídas democraticamente e atendendo a demandas específicas.

5 METODOLOGIA

5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo de fazer uma reflexão sobre o papel dos profissionais em arqueologia enquanto comunicador e educador, especificamente no contexto da educação em museu, optou-se pela abordagem qualitativa.

> O método qualitativo fundamenta-se em informações deduzidas das interações interpessoais e da coparticipação dos informantes. O pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo o processo, compreende, interpreta e analisa os dados a partir das informações coletadas. (FIGUEIREDO E SOUZA, 2011, p. 97)

O estudo também pode ser caracterizado como pesquisa exploratória (o *ex post facto*), pois aborda a dimensão das práticas de profissionais em arqueologia no contexto de educação em museus, tema bastante específico e que não possui uma ampla bibliografia que contemple tal reflexão. As pesquisas exploratórias

> São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. (LAKATOS E MARCONI, 2005, p. 190)

5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados escolhida é o questionário. Utilizamos os dados obtidos pelo questionário “Arqueologia e Educação em Museus”, elaborado via Google Forms, para uma atividade requerida durante a disciplina Educação Patrimonial, do curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE, em abril de 2021. Não houve critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, porém o mesmo foi enviado a contatos próximos via redes sociais, em grande parte pertencente aos campos de atuação abordadas na monografia (“arqueologia” e “educação em museus”).

A estrutura do questionário mudava de acordo com a delimitação do perfil, que foram divididos em três: estudantes e profissionais de arqueologia, profissionais de museus e público espontâneo. Os objetivos do questionário para cada perfil encontram-se na Figura 3 e fica evidente como o questionário delimita o perfil. Algumas perguntas-chave, consideradas condicionais, definiam o direcionamento dos formulários.

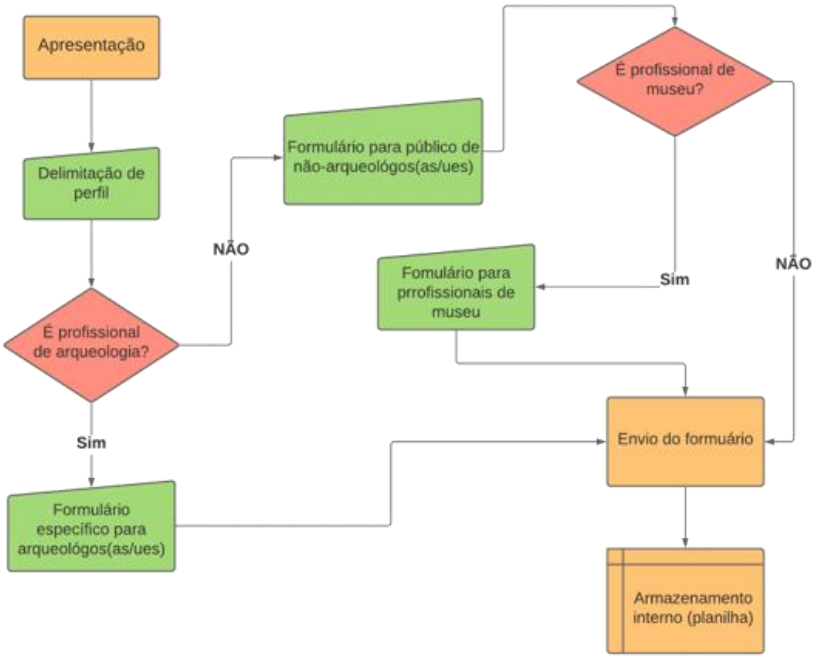
Figura 3: Perfil dos entrevistados

Profissionais e estudantes da arqueologia	Profissionais de museus	Público espontâneo
• Identificar quem já atuou em museu; • Identificar quem já atuou em educativo de museu; • Saber se este público conhece o conceito de educação em museu/educação museal; • Saber como é a formação deste público para educação em museus; • Saber se conhece a Política Nacional de Educação Museal.	• Conhecer sua área de atuação em museu; • Conhecer sua formação acadêmica; • Saber em quais áreas de museu um arqueólogo(a/ue) pode atuar; • Saber se acha que a formação em arqueologia é suficiente para ser educador em museu; • Saber se conhece a Política Nacional de Educação Museal.	• Conhecer o quanto conhece sobre a arqueologia; • Saber se conhece o que faz um educador museal; • Saber se já conheceu algum arqueólogo atuando em museu.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Figura 4 há o fluxograma do mesmo:

Figura 4: Fluxograma do questionário



Fonte: Elaborada pelo autor.

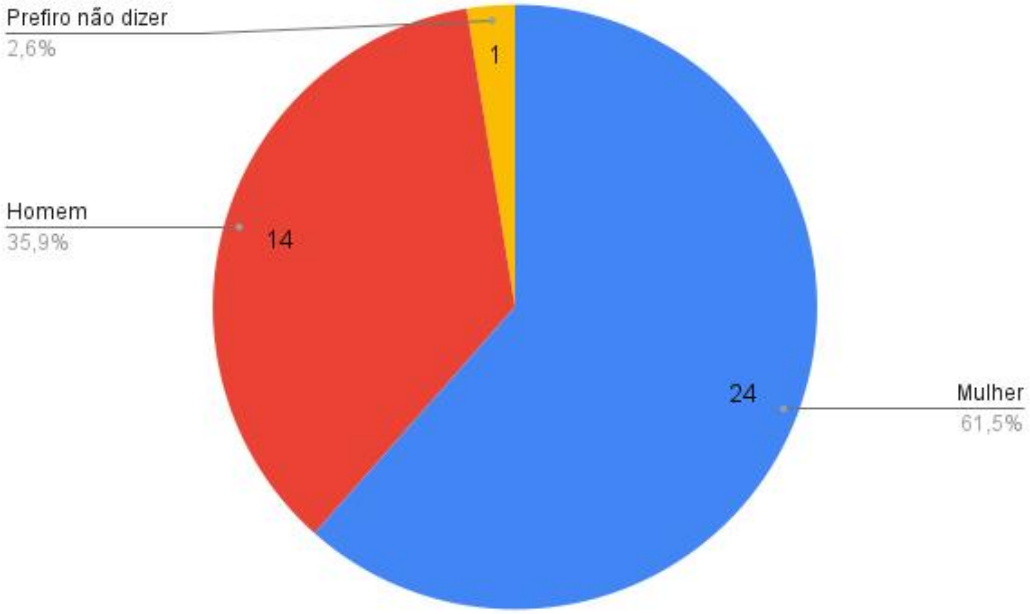
Para esta monografia, escolheu-se as respostas das questões do formulário específico para arqueólogos/as/ues, e as questões abertas localizadas no final dos questionários para livre colocação (para o público em geral e profissionais de museus), cujas respostas obtidas complementam o caráter exploratório da presente pesquisa. Foram também extraídos os dados referentes aos perfis do público-alvo, ao qual se perguntou o gênero, unidade de federação onde reside, faixa etária, raça/cor (em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e grau de escolaridade. As perguntas encontram-se no Apêndice A.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

6.1 DELIMITAÇÃO DO PERFIL

De um total de 97 respostas, 39 pessoas (40,2%) se identificaram como profissionais e/ou estudantes de arqueologia. Em relação ao gênero (Figura 5), a maioria é composta por mulheres (24 pessoas). Tal informação corrobora com os dados de Gaspar et al. (2020), que identifica este gênero como maioria no universo dos profissionais em arqueologia (53% em n = 2117 pessoas).

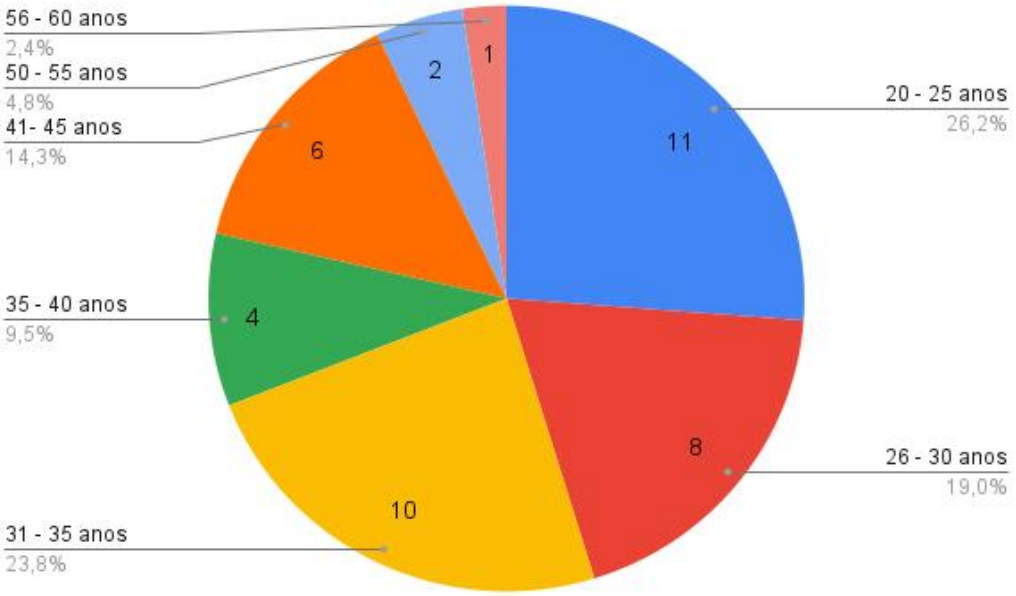
Figura 5: Gênero dos participantes



Fonte: Elaborada pelo autor.

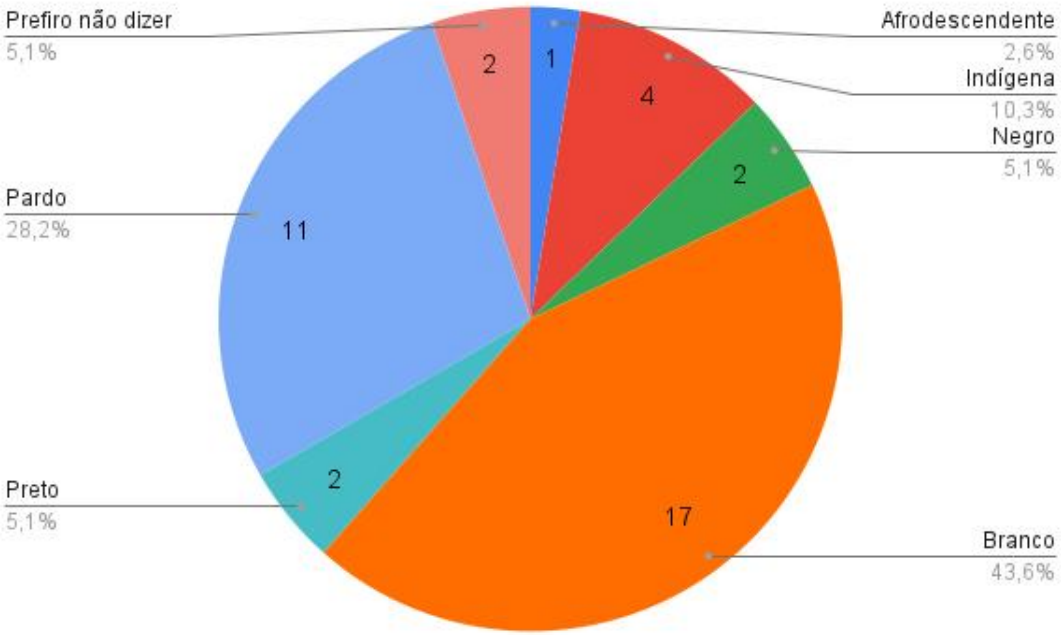
Em relação à faixa etária (Figura 6), houve uma contribuição um total de 45,2% de participação de jovens (entre 20 e 30 anos) e 54,8% de adultos (a partir de 30 anos). Além disso, boa parte dos participantes consideram-se brancos (43,6%), apesar de haver grande diversidade étnico-racial em sua maioria (56,4% se autodeclaram pretos, pardos, indígenas, negros ou afrodescendentes), conforme a Figura 7.

Figura 6: Faixa etária dos participantes



Fonte: Elaborada pelo autor.

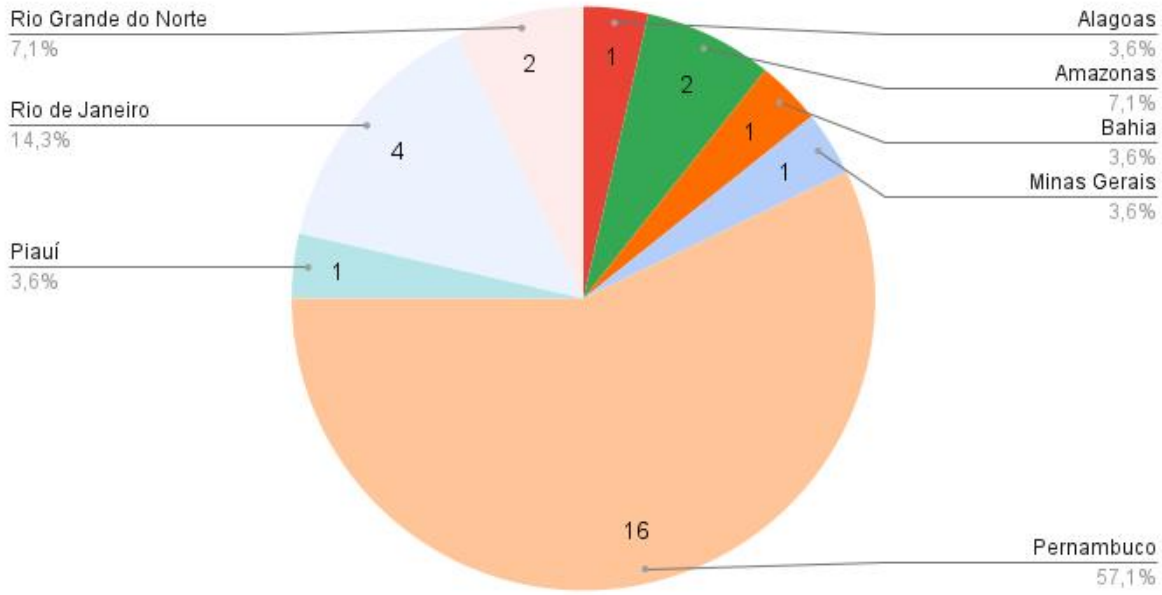
Figura 7: Autoidentificação de cor ou raça dos participantes



Fonte: Elaborada pelo autor.

A distribuição de participantes por regiões do Brasil se limita apenas ao Nordeste, onde se concentra grande número (75%), ao Sudeste (17,9%) e Norte (7,1%), conforme a Figura 8.

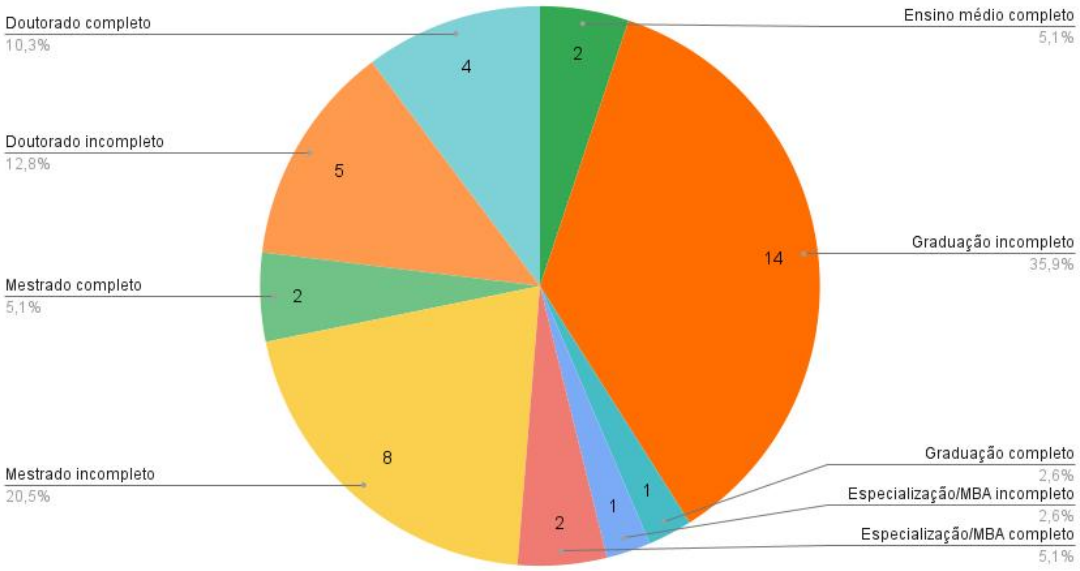
Figura 8: Unidades federativas onde os participantes residem



Fonte: Elaborada pelo autor.

O grau de escolaridade com maior predominância é a graduação incompleta (35,95%). Porém, observa-se na Figura 9 que no mestrado e doutorado possui o mesmo status, refletindo a possibilidade de vínculo com instituições de ensino superior dos participantes. Infelizmente não se tem informações detalhadas sobre o grau de titulação em Arqueologia a exemplo do que foi feito em Gaspar *et al.* (2020).

Figura 9: Grau de escolaridade dos participantes

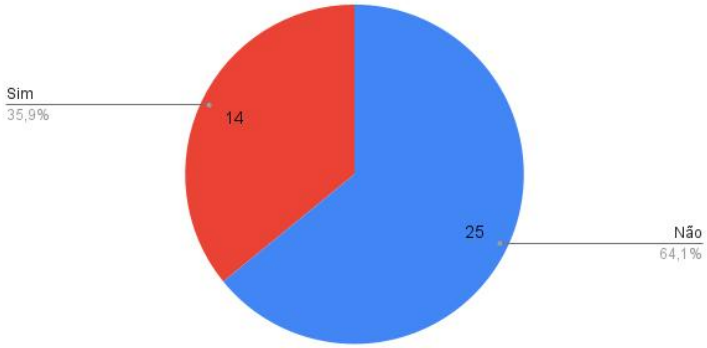


Fonte: Elaborada pelo autor.

6.2 RESPOSTAS DOS/AS PROFISSIONAIS EM ARQUEOLOGIA

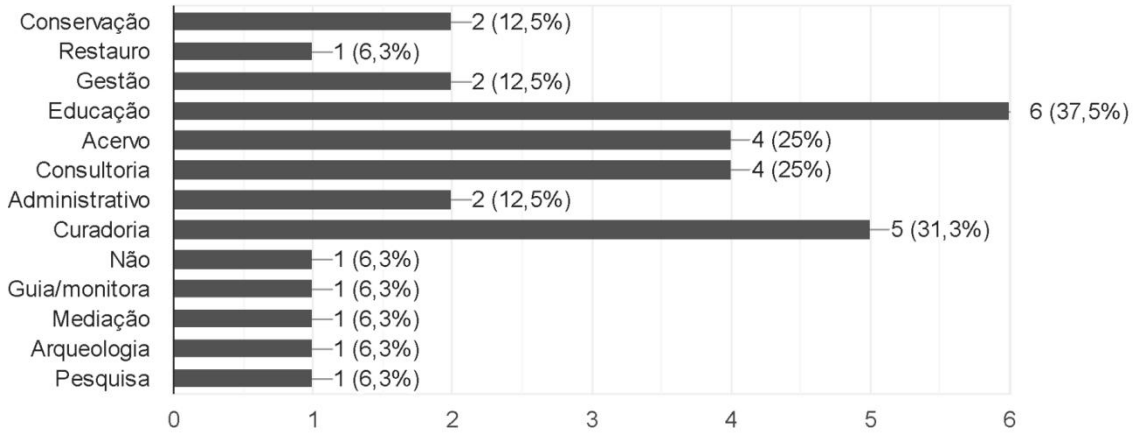
Dos 39 participantes, 14 (equivalente a 35,9%) têm ou tiveram vínculo em museus, conforme a Figura 10, porém apenas 6 pessoas atuaram diretamente com a educação museal, além de duas que incluíram mediação e guia/monitoria, totalizando 20,5% dos profissionais e/ou estudantes, como mostra a Figura 11.

Figura 10: Você estagia/trabalha ou já estagiou/trabalhou em museu?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 11: Área de atuação em museus



Fonte: Elaborada pelo autor.

As atividades exercidas pelos profissionais nos educativos em museu, conforme a Figura 11, correspondem às atribuições relativas ao exercício da educação museal. Na Tabela 3, percebe-se que a principal atuação está no atendimento ao público, na formulação de materiais de pesquisa e no planejamento de atividades.

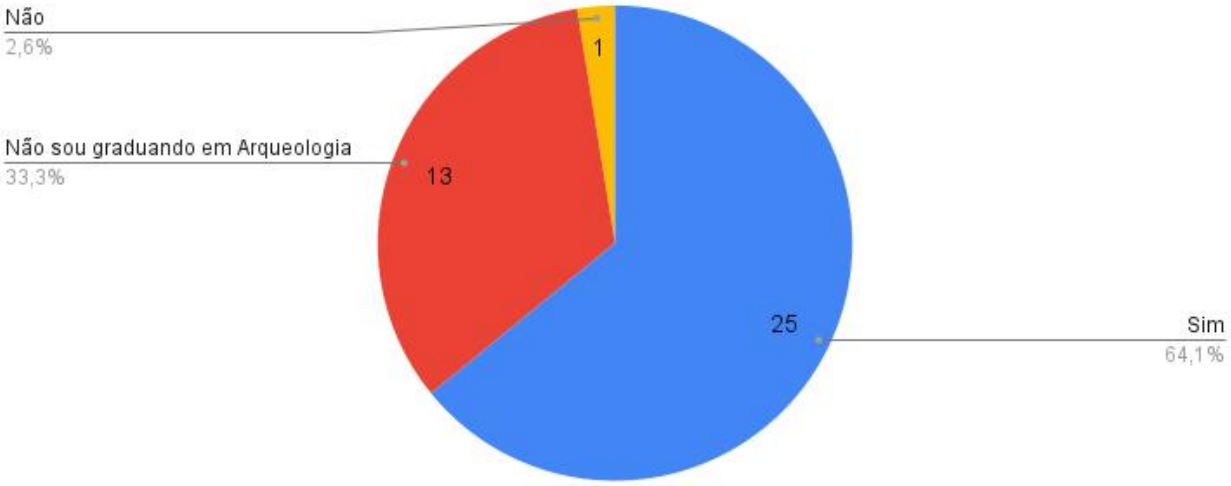
Tabela 3: Atividades exercidas enquanto educadores em museu

Atividades exercidas enquanto educadores em museu	Respostas
Dar apoio no atendimento e mediação do público, escolar e espontâneo, nas visitas às exposições permanentes e temporárias da instituição	7
Dar apoio em reuniões pedagógicas para elaboração de percursos temáticos de teor artístico e histórico, dentro do acervo	4
Auxílio na produção de materiais de pesquisa, que contribuam para a formação continuada de todos os integrantes da equipe educativa	6
Dar apoio no planejamento de atividades, cursos, palestras e oficinas, junto com a coordenação do educativo.	7
Coordenação da área do Educativo, enquanto gestor	1
Auxílio no monitoramento das exposições para fins de proteção ao acervo	5
Atividades de Educação e Patrimônio junto às escolas, além de promover atividades museais para alunos e professores.	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma questão do formulário foi direcionada especificamente para estudantes de arqueologia. Foi perguntado se os mesmos acham válido para sua formação estagiar como educador museal (Figura 12). Vale destacar, primeiramente, que esta pergunta permite identificar quem é ou não graduando em arqueologia. Das 39 pessoas, 26 são graduandos e 13 não.

Figura 12: O estágio de educação em museu é válido para a sua formação?



Fonte: Elaborada pelo autor.

Cerca de 25 pessoas indicaram que acham válido estagiar em educação museal e que dialogam com a sua formação. Pediu-se uma breve justificativa para quem respondeu “sim”. Um primeiro aspecto observado é a atuação na educação museal como mais uma oportunidade de renda para um profissional em arqueologia.

> RESPOSTA 1: “Além de agregar valores dando apoio aos museus e todo seu funcionamento o arqueólogo teria muito a contribuir com metodologias e aprendizados para juntos com a museologia obterem melhores retornos para a sociedade, seria mais uma opção de trabalho para aqueles que se formam e não exercem sua função por falta de oportunidades sendo que cada cidade tem seus museus que precisam desses apoios e colaboração para melhor receber seus visitantes.”
>
> RESPOSTA 2: “Sim, muitas vezes têm oportunidade de emprego dentro do museu e temos que aprender como funcionam as coisas.”

As respostas 1 e 2 mostram também o equívoco sobre a associação do estágio como relação trabalhista, ou seja, contradiz à função do estágio nos termos da lei Nº 11.788/2008, a “Lei do Estágio”, enquanto ato educativo escolar que faz parte do aprendizado do formando. De acordo com Brun e Davet (2019), há uma desconfiguração da lógica neoliberal que induz os formandos a buscar o estágio como fonte complementar de renda. Os processos seletivos de boa parte das ações educativas dos museus brasileiros não colocam em seus pré-requisitos cursos específicos, ampliando a diversidade das graduações para “ciências humanas”, por exemplo. Tal característica transforma este campo atrativo aos estudantes de arqueologia, já que geralmente são estágios não-obrigatórios remunerados.

Outro aspecto observado é a possibilidade de aprendizado que esse estágio traz ao dialogar com a formação em arqueologia, seja na prática de interação com o público, na aplicação dos conhecimentos obtidos nas disciplinas e/ou na elucidação de novas perspectivas para os estudos individuais a partir do ambiente museal.

> RESPOSTA 3: “Sim, pois pra mim, enquanto arqueóloga, sinto que é nossa função como pesquisador saber como mediar o nosso conhecimento para o público geral em seus múltiplos espaços (como por exemplo, o museu).”
>
> RESPOSTA 4: “Acho imprescindível que se tenham pessoas da Arqueologia ocupando espaços museais, já que esses ambientes compreendem, na sua maioria, informações sobre cultura material. Além de que com estudantes e profissionais da Arqueologia, possibilita uma discussão mais ampla sobre os artefatos musealizados, apresentando outras interpretações.”
>
> RESPOSTA 5: “Quando discente, fiz estágio em um complexo museal, no Centro de Manaus e percebi que, o viés do conhecimento ali exposto, até então, voltava-se somente para o cunho ‘histórico’. E assim, após chegar no lugar, procurei aplicar o que aprendi da Academia e, norteei as informações ali dispostas ao grande público, para o viés ‘arqueológico histórico’, ficando mais acessível e compreensível a linha do tempo dos objetos ali expostos, além de suas histórias pretéritas e conhecimentos tradicionais descritos nas entrelinhas.”

> RESPOSTA 6: “Sendo a arqueologia uma área de estudo diversificada e incluída dentre aquelas que lidam com a cadeia operatória do patrimônio, a experiência com atividades educativas e de extroversão do conhecimento é fundamental para o cumprimento do papel perante a sociedade.”

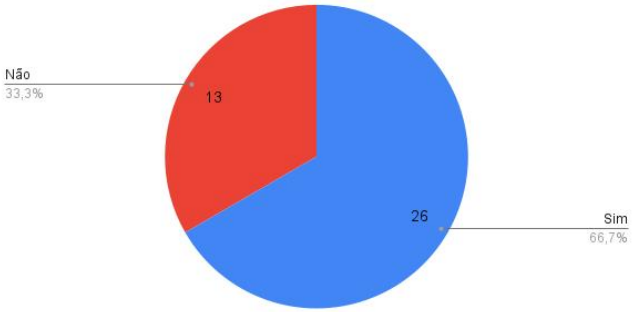
As respostas a seguir fazem uma associação da Educação Museal enquanto espaço possível de Educação Patrimonial, restringindo a atuação do profissional em arqueologia para apenas em museus que contenham bens arqueológicos.

> RESPOSTA 7: “De extrema necessidade, pois acredito que a maioria das instituições museológicas do país contém acervo arqueológico. E quem mais é adequade para comunicar o que esse acervo representa ao público? Educação patrimonial não deveria ser só no licenciamento ambiental, a arqueologia é pública. Todo cidadão deveria ter acesso a essas informações de forma fácil nos museus, as casas de preservação das nossas histórias. E existem muites arqueólogues que são ótimes contadores delas.”

> RESPOSTA 8: “A Educação Patrimonial é uma das áreas de atuação do profissional da arqueologia. Os museus podem ser um bom local para estágios e aprendizado de acervo e de educação patrimonial.”

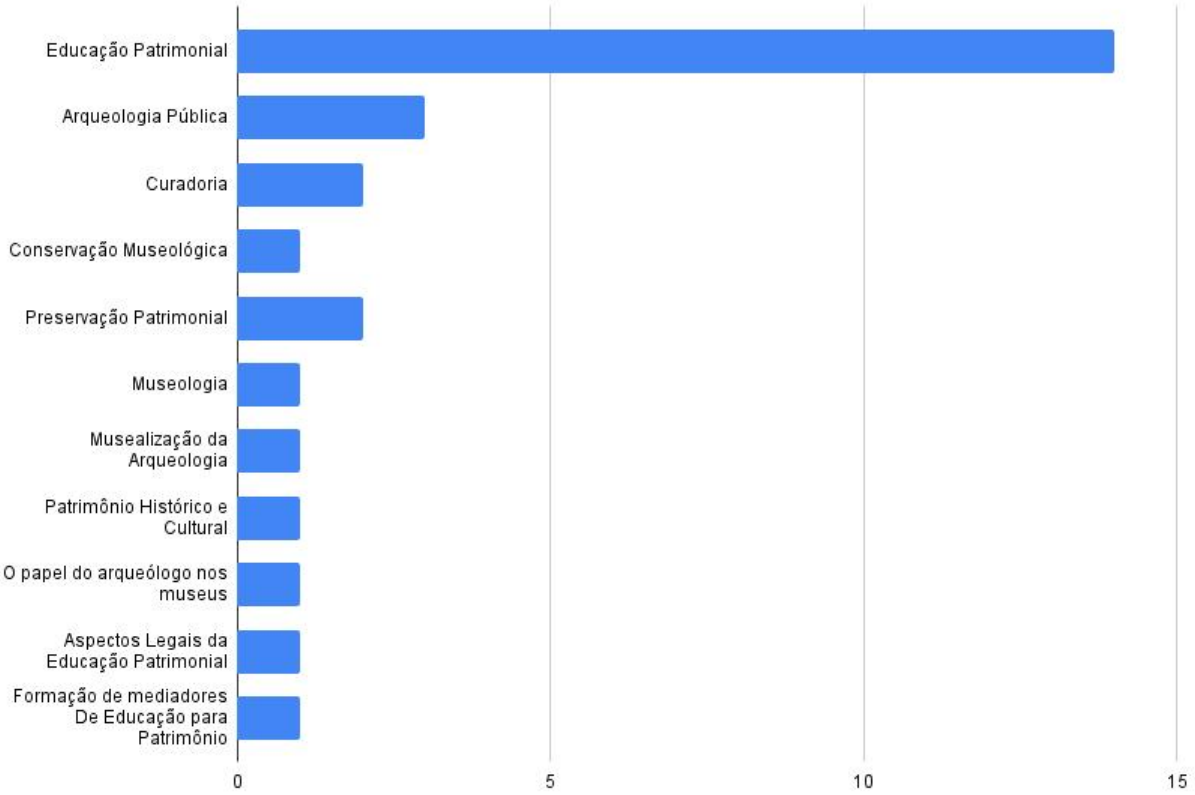
As últimas respostas dialogam com o resultado das perguntas que questionam se estes estudantes e/ou profissionais tiveram alguma disciplina na área de educação. Na Figura 13 mostra que 66,7% responderam “sim”. Ao pedir para descrever o nome das disciplinas curriculares, grande parte dos participantes indicaram que cursaram “Educação Patrimonial” (Figura 14). Porém, alguns indicaram que fizeram disciplinas da área da Museologia, onde há probabilidade de estudarem conceitos e metodologias específicas da Educação Museal.

Figura 13: Você já teve alguma disciplina na área de educação dentro da sua formação profissional em arqueologia?



Fonte: Elaborada pelo autor.

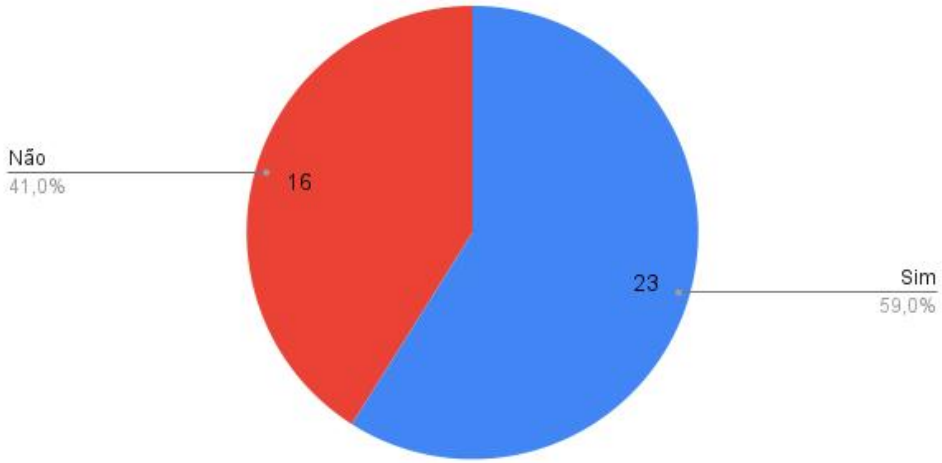
Figura 14: Nomes das disciplinas da área de educação indicados pelos participantes



Fonte: Elaborada pelo autor.

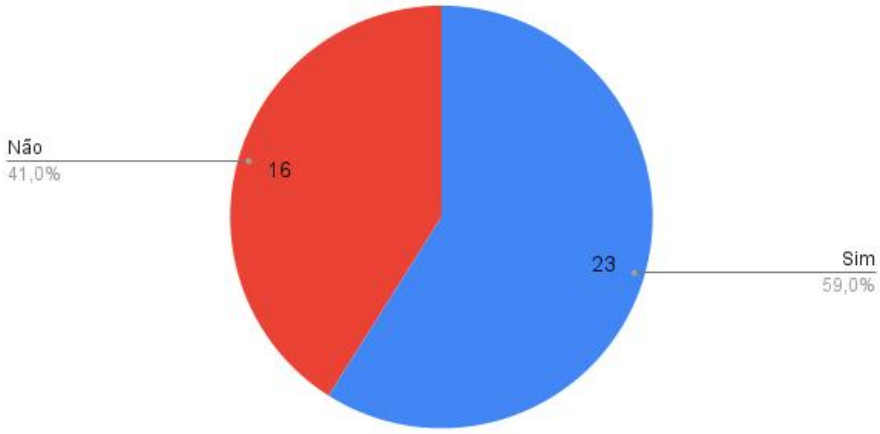
Na Figura 15 mostra que 59% dos participantes tiveram um contato com as abordagens específicas da educação museal nas disciplinas curriculares e suas respectivas ementas. A mesma percentagem é apresentada ao perguntar se os mesmos conhecem a Política Nacional de Educação Museal do IBRAM (Figura 16). Há, portanto, uma proximidade deste público com os marcos referenciais institucionalizados pelo Poder Público a partir do Estatuto dos Museus.

Figura 15: Nessas disciplinas foi abordado o conceito de educação em museu/educação museal?



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 16: Você conhece o Programa Nacional de Educação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)?



Fonte: Elaborada pelo autor

6.3 PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES QUE NÃO SÃO PROFISSIONAIS E/OU ESTUDANTES DE ARQUEOLOGIA REFERENTES AO TEMA

Algumas respostas abertas obtidas nos formulários para o público não arqueólogo fornecem percepções importantes para nossa reflexão, a começar pela recorrência do argumento de que a formação acadêmica em arqueologia, em si, não é o suficiente para que um profissional da área possa atuar na educação museal, necessitando ter formação ou vivência complementar na área de educação.

> RESPOSTA 9: “Um educador precisa ter alguma instrução para se trabalhar na área de educação, ainda que não venha da licenciatura, precisa ter feito ou buscar fazer formações sobre”.
>
> RESPOSTA 10: “Considero que o educador de Museu deve ter amplo conhecimento do acervo e também ter tido formação pedagógica com estágio em escolas públicas e privadas no Ensino Fundamental e Médio, de modo a conhecer as diferentes realidades sociais, visando adaptar as estratégias educativas para os grupos escolares.”
>
> RESPOSTA 11: “Creio que nem todo arqueólogo está habilitado para a condução de uma prática educativa em museu, pois o trabalho educativo vai além de ‘passar’ informações ou 'guiar' o público. Existe um conjunto de teorias, metodologias e técnicas educacionais que são aprendidas especificamente em cursos de formação de professores. Entretanto, se o arqueólogo em questão for capacitado através de atividades formativas e tiver o constante acompanhamento de pessoas habilitadas na área de educação na elaboração de projetos e construção de atividades educativas, essa troca pode sim ocorrer e ser muito frutífera.”
>
> RESPOSTA 12: “Acho que a arqueologia é apenas uma firma inicial e que, para ser educador de museu são necessárias outras formações, não necessariamente formais, que nos possibilitam ser mais do que alguém que expõe informações para um público.”
>
> RESPOSTA 13: “Com uma especialização na área de educação e museus, tenho plena convicção de que o profissional arqueólogo pode atuar como educador em museus.”

Nas respostas 9, 10 e 11 os participantes identificam a formação docente vinculada ao profissionalismo da educação, especificamente no campo curricular (a necessidade de licenciatura, com magistério ou especialização em docência). Para Iza et al. (2014, p. 276), a construção de uma identidade docente é “angariada no decorrer de um longo processo, pois é preciso tempo para assimilar a formação, para aprender como agir, para tomar decisões e principalmente para se reconhecer como um formador das futuras gerações”.

Especificamente a resposta 11 traz a relação do papel do arqueológo/a/ue enquanto humanista público a um “guia” e ou alguém que passa informações. Podemos associar esta percepção ao que foi descrito no capítulo 2 sobre as abordagens verticais dentro da Arqueologia Pública, onde o mesmo profissional comunica seu conhecimento, sem trazer processos educativos dialógicos, democráticos e de formação de sujeitos.

Outra reflexão é o uso do termo “guia” em relação ao exercício da educação museal. Tal termo é considerado inadequado para área, pois há um recente movimento dentro da profissionalização dos museus em distinguir “acolhimento” de “processos de mediação e educação”. Rike (2008), ao propor um referencial de profissões para os museus, identifica os “técnicos de acolhimento e vigilância” como a atribuição de uma orientação inicial ao público em geral. No Brasil, há a existência do “orientador de público” em alguns museus, a exemplo do Museu Afro Brasil, em São Paulo (SP) (MUSEU AFRO BRASIL, 2011). No caso do Museu da Imagem e do Som, em Fortaleza (CE), há a denominação de “galerista” (INSTITUTO MIRANTE, 2022).

Por outro lado, algumas pessoas reconhecem o/a arqueológo/a/ue como capaz de exercer o papel de educador, independente de formação ou vivência na área da educação.

> RESPOSTA 14: “Acredito que arqueólogos podem sim trabalhar como educadores de museus, e não apenas em museus de arqueologia. É interessante poder montar uma equipe multidisciplinar em museus, até para dar conta da sua complexidade. Toda abordagem de áreas diversas em museus é interessante e agregadora, e com a arqueologia não seria diferente.”

> RESPOSTA 15: “Eu creio que a arqueologia tem muito de educação, como eu a entendo. Mas de que abordagem educativa estamos a falar neste questionário?”

> RESPOSTA 16: “Tenho acompanhado a evolução da profissão de Arqueólogo e a considero muito promissora. As parcerias multidisciplinares vem ampliando cada vez mais a interação e o campo de atuação dos arqueólogos.”

> RESPOSTA 17: “Considero de grande importância a contribuição da arqueologia para a educação museal.”

As respostas 14 e 16 associam a multidisciplinaridade à diversificação de formações dos educadores. Para o campo educacional, o termo está associado à justaposição das disciplinas com temáticas em comum, não equivalente ao termo “pluridisciplinar”, onde há um compartilhamento de diferentes saberes, sem que haja modificações internas. Isto significa que há uma associação cooperativa entre os diferentes profissionais. (PIRES, 1998; BICALHO e OLIVEIRA, 2011)

O caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar da educação em museu são fatores onde algumas pessoas consideram viável a inserção de um/a arqueólogo/a/ue.

> RESPOSTA 18: “Fui coordenadora de ação educativa dentro de um espaço cultural e de 8 edições da Bienal do Mercosul, recebíamos acadêmicos de todas as áreas para serem mediadores de Arte junto ao público, cada um com seu olhar específico em relação a mostra, isso era maravilhoso, e prova a necessidade de transdisciplinaridade dentro do museu.”

> RESPOSTA 19: "É muito importante a interdisciplinaridade dentro do setor Educativo dos museus. Trabalhando novos olhares e valores do acervo e seus objetos.”

A resposta 18 fala em uma “necessidade de transdisciplinaridade dentro do museu”. Para Nicolescu (2000, p. 2), o conhecimento transdisciplinar "diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes

disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento". Discussões recentes da Museologia atribuem o caráter transdisciplinar a uma ética da diversidade para os museus, que versa sobre os princípios da solidariedade, do respeito e da cooperação, ao qual orienta a função dos museus no tecido social (GASPERI, 2020).

A transdisciplinaridade é característica também da Arqueologia, principalmente quando esta disciplina se insere no campo das Ciências do Patrimônio Cultural e discute aspectos da ética profissional. Saladino, Campos e Rodrigues-Carvalho (2020) aponta que isto é resultado de uma tensão interna (endógena) e externa (exógena), envolvendo a absorção de novos conceitos do campo do Patrimônio Cultural que induz a revisões teórico-metodológicas e o consequente desenvolvimento de linhas de pesquisa de base transdisciplinar, como a Musealização da Arqueologia e a Educação Patrimonial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas do questionário mostram que o tema é de interesse para a comunidade de profissionais da arqueologia e que existe uma pequena parcela que atuam ou já atuaram em educação em museus. A forma de atuação destes profissionais é de acordo com as atribuições de um educador museal indicados por Martins e Navas (2013), descritas no capítulo 4: atendimento ao público, planejamento de ações educativas, no desenvolvimento de pesquisas e realização de atividades administrativas.

Para os estudantes de arqueologia, percebeu-se que estagiar em um setor educativo de um museu é uma oportunidade de aprendizado, de praticar habilidades com o público e de acesso à ocupações renumeradas durante sua formação acadêmica.

Ao pedir para que os mesmos justificassem a importância deste estágio, pode-se constatar a referência de abordagens verticalizantes da Arqueologia Pública, conforme apresentado no capítulo 2, ao usar expressões como “mediar nosso conhecimento para o público geral” (Resposta 3); possibilidade de “uma discussão mais ampla sobre artefatos musealizados, apresentado outras interpretações” (Resposta 4); e “norteei as informações ao grande público” (Resposta 5). Pode-se classificar estas referências destas formas de atuação dentro dos modelos de Relação Pública de Holtorf (2007) e Distante, de Little (2007)

Simultaneamente, a formação dos estudantes e profissionais em arqueologia possuem a Educação Patrimonial como componente curricular onde se aborda conteúdos próprios da área da Educação, inclusive aspectos da educação museal. Sugere-se a continuidade deste estudo por meio de um aprofundamento de discussões sobre como são abordados os conhecimentos da área da Educação na formação curricular dos profissionais da arqueologia. Entender a constituição de ementas de cada instituição de ensino e pesquisa, o conteúdo programático e as oportunidades de práticas educativas no processo formativo seria enriquecedor para ampliar as dimensões do objeto de estudo.

Concomitantemente, observa-se que há tensões que se manifestam quando se incluem a noção de profissionalização. As análises das respostas abertas dadas

pelo público não arqueólogo indicam que o título de educador é vinculado a uma identidade docente calcada nas diretrizes básicas da educação formal e só com a formação docente há a possibilidade de atribuir a função de educar a um arqueólogo/a/ue, mesmo em um contexto não formal como a educação em museus.

Toda a reflexão apresentada situa-se em um contexto onde os campos da Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Educação Museal se interrelacionam para observar a dimensão educativa e comunicativa do profissional da arqueologia. Constata-se, a partir do marco teórico apresentado, que os três campos, consideradas também disciplinas, confluem em um mesmo processo de revisão teórico-metodológica onde se comprometem a serem instrumentos de ação social transformadora e que garantem o direito à memória, à identidade e ao patrimônio.

Especificamente entre a Educação Patrimonial e Museal, estas apresentam, no Brasil, marcos referenciais a partir de normas infraconstitucionais, aos quais delimitam suas formas de atuação e atendem aos interesses próprios de cada área: às ciências do patrimônio cultural e aos museus. Porém, “a adjetivação patrimonial ou museal não implica diferenças, apenas indicação de campos de atuação” (CABRAL, 2012, p. 41).

Um caminho possível para que haja novas reflexões sobre o papel educativo na atuação social do profissional em arqueologia está na transdisciplinaridade, conforme traz algumas respostas abertas. As Arqueologias Contemporâneas, a Educação Patrimonial e a Musealização da Arqueologia são campos que cada vez mais ganham destaque nas recentes discussões da arqueologia no século XXI, principalmente ao se deparar com problemas de gestão do patrimônio arqueológico, como o aumento crescente de pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento ambiental que resulta em um “abarrotamento” de bens arqueológicos em reservas técnicas; e a ética profissional, ao repensar as atribuições de um/a arqueólogo/a/ue frente as demandas sociais do campo do Patrimônio Cultural (SALADINO, CAMPOS e CAMPOS-RODRIGUES, 2020).

É importante a continuidade deste estudo a partir da realização de uma avaliação das práticas educativas dos profissionais em arqueologia, colocando como critérios de inclusão aqueles que são considerados profissionais por meio da Lei n°. 13.645, de 2018 (BRASIL, 2018) e que atuam e/ou atuaram em contextos não formais da educação, como os educativos em museus. É preciso conhecer quais os

conceitos e metodologias que os mesmos utilizam para o seu processo educativo. Os modelos indicados na Tabela 2 capítulo 3 podem ser instrumentos de análise de dados como forma de classificar estas práticas.

Por fim, percebe-se a importância do campo da Musealização da Arqueologia como espaço possível para confluência dos temas da Educação Museal e Arqueologia Pública, pois a mesma gera a possibilidade de se constituir uma “arqueologia musealizada”, ou seja, de aplicar os “procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposições e ações educativas-culturais) aplicadas à realidade arqueológica” (BRUNO, 2021, p. 1). A ação educativa faz parte da cadeia operatória da musealização da arqueologia, e nesta etapa pode-se apreender a diversidade de discussões que foi resumidamente apresentada na monografia.

REFERÊNCIAS

ALLARD, Michel; BOUCHER, Suzanne. **Éduquer au musée.** Un modèle théorique de pédagogie muséale. Montréal: Cahiers du Québec, 1998.

ANDRADE, Cilcair. Educação Patrimonial em Arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, p. 239-255, 2019.

BAILEY, Elsa B. Researching museum educators' perceptions of their roles, identity, and practice. **Journal of Museum Education**, v. 31, n. 3, p. 175-197, 2006.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **Habitus,** Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13653.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n° 1, de 2014**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Brasília, DF: Senado Federal,

[2014]. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115983. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRUN, Adriane Buhrer Baglioli; DAVET, Aurea Bastos. A relação estágio vs trabalho no contexto da formação profissional. **Humanidades em Perspectivas**, v. 2, n. 1, 2019.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Medi@ções**, v. 2, n. 2, p. 10-25, 2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia:: alguns subsídios e antecedentes. **Hawò**, v. 2, 2021.

CABRAL, Magaly. Educação patrimonial x educação museal. In: TOLENTINO, Átila B (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, p. 38-43, 2012.

DE MELLO VASCONCELLOS, Camilo; DA SILVA, Maurício André. A mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 20, n. 3, p. 623-639, 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?!** Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, Antônio Macena; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire; São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GASPAR, Meliam Viganó; CAROMANO, Caroline Fernandes; PEREIRA, Ester Ribeiro; BRANDÃO, Kelly; BELLETTI, Jaqueline; FREITAS, Aline; PASSOS, Lara de Paula; LIMA, Márjorie do Nascimento; TAMANAHA, Eduardo Kazuo; CASCON, Leandro Matthews. QUEM SOMOS NÓS? OU PERFIS DA COMUNIDADE PROFISSIONAL ARQUEOLÓGICA NO BRASIL: primeiras aproximações. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, v. 18, n. 1, p. 146, 14 out. 2020. Pontificia Universidade Catolica de Goias -PUC Goias.

GASPERI, André Alexandre. A ética da diversidade: essência transdisciplinar para o museu do hoje. *In* Semana dos Museus da UFPel. Anais do... v. 4 Semana dos Museus da UFPel. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020, pp. 94 - 107.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. **Chungara Revista de Antropología Chilena**, 2018.

GRINDER, Alison L.; MCCOY, E. Sue. **The good guide:** a sourcebook for interpreters, docents, and tour guides. Littleton: Iroonwood Press,1985.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis,. RJ: Vozes, 2017

HOLTORF, Cornelius. **Archaeology is a brand!**: The meaning of archaeology in contemporary popular culture. Routledge, 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO MIRANTE. Edital 001/2022: Seleção Pública do Museu da Imagem e do Som do Ceará. Fortaleza: Instituto Mirante, 2022.

INSTITUTO RICARDO BRENNAND. **Plano Museológico**. Recife: Instituto RB, 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 001**, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF: IPHAN, 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria 137, de 28 de abril de 2016.** Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 375 de 19 de setembro de 2018.** Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, 2018.

IZA, Dijnane F. V.; BENITES, Larissa C.; SANCHES NETO, Luiz; CYRINO, Marina; ANANIAS, Elisangela V.; ARNOSTI, Rebeca P.; SOUZA NETO, Samuel. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 273-292, 30 ago. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Tania Andrade. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. **Revista de Arqueologia**, 2006.

LITTLE, Barbara; SHACKEL, Paul. **Archaeology as a tool of civic engagement**. Lanham: Altamira Press, 2007.

LUBAR, Steven. Public Humanities and Cultural Heritage. **Encyclopedia Of Global Archaeology**, Nova York: Springer, 2014. p. 6194-6195.

MARANDINO, Martha. **Educação em museus:** a mediação em foco. São Paulo: Geenf/FEUSP, 2008.

MARTINS, Luciana Conrado; NAVAS, A. M. **Que público é esse?** Formação de públicos de museus e centros culturais. Percebe: além dos espaços formais de educação. São Paulo, 2013.

MARTINS, Luciana Conrado. Como é criado o discurso pedagógico dos museus? Fatores de influência e limites para a educação museal. **Revista Museologia e interdisciplinaridade**, v. 3, n. 6, p. 49-68, 2015.

MCGINSEY III, C. R. **Public Archaeology**. Nova Iorque: Seminar Press, 1972.

MERRIMAN, Nick. (org.). **Public Archaeology**. Londres: Routledge, 2004.

MUSEU AFRO BRASIL. **Plano Museológico**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2011.

NICOLESCU, Basarab et al. **Um novo tipo de conhecimento:** transdisciplinaridade. Educação e transdisciplinaridade, v. 1, n. 2, 2000.

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 2, p. 173-182, 1998.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Princípios da educação patrimonial**. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>. Acesso em: 06 mai 2022.

RUKE, Angelika et al. **Referencial europeu das profissões museais**. Icom, Paris, 2008.

SALADINO, Alejandra; CAMPOS, Luana; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. Reflexões sobre a prática arqueológica no Brasil do século XXI. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 18, n. 1, p. 52-69, 2020.

SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica: reflexões teóricas e conceituais. **Revista de Arqueologia Pública**: Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública da Unicamp, v. 17, n. 2, p. 179-195, 2021.

SOLTYS, Fernando Alexandre. **Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

SOUSA, Laize Carvalho de. **Arqueologia pública e sua *práxis* social**: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Pós-Graduação em Arqueologia, 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; OLIVEIRA, Emanuel. **Educação patrimonial:** políticas, relações de poder e ações afirmativas. João

Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 38-48, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2018.

APÊNDICE A
FORMULÁRIO

Arqueologia e Educação em Museus

*Obrigatório

Bem-vindos! Bem-vindas! Bem-vindes!

Olá! Sou Eduardo Lira, aluno do sétimo período do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Este questionário integra uma das atividades obrigatórias da disciplina de Educação Patrimonial do curso, ministrada pela prof.ª Ana Catarina Peregrino Torres Ramos, do Departamento de Arqueologia da UFPE. Temos como objetivo, por meio desta ferramenta, saber o que você pensa sobre a arqueologia dentro dos museus, especificamente na função educativa destas instituições. É sabido que o museu é um dos lugares onde arqueólogues podem exercer sua profissão. Mas estes profissionais estão aptos a exercer o papel de educador em museu? O que é ser um educador em museu?
O formulário foi pensado para qualquer pessoa interessada em contribuir conosco na tentativa de responder a estes problemas. Ao longo da identificação do seu perfil (se é dentro da área da arqueologia, ou é profissional de museu, ou público em geral), as perguntas vão variar. Portanto, não se preocupe quanto a especificidade desta consulta, pois queremos entender o que cada perfil pensa.
Adiantamos que não pedimos nenhum dado pessoal (nome, endereço, documentos, contatos).
Qualquer dúvida, sugestão ou outro tipo de comunicação, entre em contato pelo e-mail: eduardo_liras@ufpe.br

Arqueologia e Educação em Museus - DELIMITAÇÃO DO PERFIL

Primeiramente queremos conhecer alguns aspectos seus para identificar seu perfil. Lembrando que não iremos pedir dados pessoais, como nome, endereço, contatos e números de documentos.

1. Qual seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Homem
- ◯ Mulher
- ◯ Não-binário
- ◯ Prefiro não dizer
- ◯ Outro: _____

2. Em qual estado você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins

3. Qual seu nivel de escolaridade?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Ensino fundamental incompleto
- ◯ Ensino fundamental completo
- ◯ Ensino médio incompleto
- ◯ Ensino médio completo
- ◯ Graduação incompleto
- ◯ Graduação completo
- ◯ Especialização/MBA incompleto
- ◯ Especialização/MBA completo
- ◯ Mestrado incompleto
- ◯ Mestrado completo
- ◯ Doutorado incompleto
- ◯ Doutorado completo

4. Qual sua idade (em anos)? *

_____

5. Você se reconhece ou se identificar como de cor ou raça*: *

*De acordo com o IBGE

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Afrodescendente
- ◯ Indígena
- ◯ Amarelo
- ◯ Negro
- ◯ Branco
- ◯ Preto
- ◯ Pardo
- ◯ Prefiro não dizer
- ◯ Outro: _____

6. Você estuda e/ou é profissional da arqueologia? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 7*
- ◯ Não *Pular para a pergunta 19*

Arqueologia e Educação em Museus - PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ARQUEOLOGIA

Agora temos algumas perguntas referentes ao tema deste questionário.

7. Você estagia/trabalha ou já estagiou/trabalhou em museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

8. Se sim, em qual área do museu?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Conservação
- ☐ Restauro
- ☐ Gestão
- ☐ Educação
- ☐ Acervo
- ☐ Consultoria
- ☐ Administrativo
- ☐ Curadoria

Outro: ☐ _____

9. Se você já atuou ou atua em um EDUCATIVO de um museu, quais as atividades abaixo já exerceu?

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Dar apoio no atendimento e mediação do público, escolar e espontâneo, nas visitas as exposições permanentes e temporárias da instituição
- [ ] Dar apoio em reuniões pedagógicas para elaboração de percursos temáticos de teor artístico e histórico, dentro do acervo
- [ ] Auxílio na produção de materiais de pesquisa, que contribuam para a formação continuada de todos os integrantes da equipe educativa
- [ ] Dar apoio no planejamento de atividades, cursos, palestras e oficinas, junto com a coordenação do educativo4
- [ ] Coordenação da área do Educativo, enquanto gestor
- [ ] Auxílio no monitoramento das exposições para fins de proteção ao acervo

Outro: [ ] _____

10. Se graduando(a/e) em arqueologia: você acha que estágio em educativo em museu é válido para a sua formação? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sou graduando em Arqueologia

11. Se a resposta foi sim, faça uma breve justificativa. *

Se a sua resposta for não, escreva NÃO SE APLICA

_____

_____

_____

_____

_____

12. Você já teve alguma disciplina de educação dentro da sua formação profissional para a área de arqueologia? *

Podem ser disciplinas de Educação Patrimonial, Educação para o Patrimônio e demais áreas da Educação em que você julgue possível de ser enquadradas.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

13. Se sua resposta foi SIM, escreva o(s) nome(s) das disciplinas e suas respectivas instituições (sigla em parênteses). *

Se a resposta foi não, escreva NÃO SE APLICA

_____

_____

_____

_____

_____

14. Nessas disciplinas foi abordado o conceito de educação em museus/educação museal? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

15. Diga se concorda ou discorda se estes aspectos estão relacionados à educação em museus: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo/nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Conteúdos e Metodologias	◯	◯	◯	◯	◯
Aprendizagem	◯	◯	◯	◯	◯
Experimentação	◯	◯	◯	◯	◯
Promoção de estímulos	◯	◯	◯	◯	◯
Contato com o patrimônio musealizado	◯	◯	◯	◯	◯
Acolhimento dos diferentes sentidos	◯	◯	◯	◯	◯
Variados públicos visitantes	◯	◯	◯	◯	◯
Educação pelos objetos musealizados	◯	◯	◯	◯	◯
O estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente	◯	◯	◯	◯	◯
Sentimento de pertencimento e ao senso de preservação	◯	◯	◯	◯	◯
Ação consciente dos educadores	◯	◯	◯	◯	◯
Facilitador do deleite do visitante	◯	◯	◯	◯	◯
Apenas repasses de informação sobre o acervo, as exposições e a instituição	◯	◯	◯	◯	◯

16. Dentro das disciplinas de educação que você cursou, quais destes aspectos você estudou e/ou praticou?

Se a sua resposta for não, clique em qualquer alternativa da opção NÃO SE APLICA

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo/nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Conteúdos e Metodologias	○	○	○	○	○
Aprendizagem	○	○	○	○	○
Experimentação	○	○	○	○	○
Promoção de estímulos	○	○	○	○	○
Contato com o patrimônio musealizado	○	○	○	○	○
Acolhimento dos diferentes sentidos	○	○	○	○	○
Variados públicos visitantes	○	○	○	○	○
Educação pelos objetos musealizados;	○	○	○	○	○
O estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente	○	○	○	○	○
Sentimento de pertencimento e ao senso de preservação	○	○	○	○	○
Ação consciente dos educadores	○	○	○	○	○
Facilitador do delete do visitante	○	○	○	○	○
Apenas repasses de informação sobre o acervo, as exposições e a instituição	○	○	○	○	○
NÃO SE APLICA	○	○	○	○	○

17. Você conhece o Programa Nacional de Educação Museal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

18. Aqui é um espaço livre pra você deixar suas considerações sobre o tema. Qualquer acréscimo é de grande importância para nós!

_____

_____

_____

_____

_____

Arqueologia e Educação em Museus - PARA O PÚBLICO ESPONTÂNEO

19. Você acha que estes verbos tem relação ao que um arqueólogo(a/ue) faz? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Não sei	Sim
Escavar	◯	◯	◯
Analisar	◯	◯	◯
Educar	◯	◯	◯
Difundir	◯	◯	◯
Experimentar	◯	◯	◯
Documentar	◯	◯	◯
Administrar	◯	◯	◯
Liderar	◯	◯	◯
Programar (= informática)	◯	◯	◯
Modelar	◯	◯	◯

20. Escreva outro(s) verbo(s) que você sentiu falta na lista anterior:

_____

21. Você acha que os arqueológos(as/ues) estudam estes assuntos?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Não sei	Sim
Cultura material (o que se pode tocar)	◯	◯	◯
Cultura imaterial (o que não se pode tocar. Exemplo:danças, saberes etc.)	◯	◯	◯
Coisas antigas	◯	◯	◯
Coisas do presente	◯	◯	◯
Seres humanos	◯	◯	◯
Civilizações antigas	◯	◯	◯
Qualquer sociedade	◯	◯	◯
Dinossauros	◯	◯	◯
Extraterrestres	◯	◯	◯
Tudo o que é produzidor pelos seres humanos	◯	◯	◯
Fósseis	◯	◯	◯
Futuro	◯	◯	◯
Patrimônio cultural e ambiental	◯	◯	◯
Apenas coisas escavadas	◯	◯	◯

22. Escreva outra(s) palavra(s) que você sentiu falta na lista anterior:

_____

23. Você já conheceu algum(a) arqueólogo(a/ue) que trabalhou e/ou estagiou em museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

24. Se sim, em qual área do museu?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Conservação
- ☐ Restauro
- ☐ Gestão
- ☐ Educação
- ☐ Acervo
- ☐ Consultoria
- ☐ Administrativo
- ☐ Curadoria

Outro: ☐ _____

25. Você sabe o que faz um educador em museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

26. Você acha que apenas profissionais da educação podem ser educadores em museus? *

De acordo com a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 61, "Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim".

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

27. Você acha que guia de museu e educador de museu são a mesma coisa? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

28. Você estagia/trabalha ou já estagiou/trabalhou em museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim *Pular para a pergunta 30*
- ◯ Não

29. Este é um espaço livre para discussão sobre o tema. Deixe aqui seu comentário.

_____

_____

_____

_____

_____

Arqueologia e Educação em Museus - PARA PROFISSIONAIS DE MUSEUS

Que legal que você atua ou já atuou como profissional em museu, independente do vínculo! Aqui só queremos saber algumas informações sobre seu perfil.

30. Qual destas áreas de um museu você atua/já atuou? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Conservação
- ☐ Restauro
- ☐ Gestão
- ☐ Educação
- ☐ Acervo
- ☐ Consultoria
- ☐ Administrativo
- ☐ Curadoria

Outro: ☐ _____

31. Qual sua área de formação acadêmica/profissional? *

Não precisa dizer o nível de escolaridade nem a instituição.

_____

32. Você conhece a Política Nacional de Educação Museal (PNEM)?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Só ouvi falar
- ◯ Sim. Li o Caderno do PNEM e outros subsídios
- ◯ Sim. Participei de forma ativa no processo de elaboração do PNEM (participações em encontros, escrita de textos etc.)
- ◯ Não conheço

33. Qual destas áreas do museu você acha que pode haver um(a) profissional da arqueologia? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Conservação
- ☐ Restauro
- ☐ Gestão
- ☐ Educação
- ☐ Acervo
- ☐ Consultoria
- ☐ Administrativo
- ☐ Curadoria
- ☐ Nenhuma

Outro: ☐ _____

34. Você acha que a formação de um(a) arqueólogo(a/ue) traz habilidades de atuação como educador em museu? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, porque sua formação acadêmica já é suficiente.
- ◯ Sim, proque sua formação acadêmica já é suficiente. Porém, é necessário haver mais especialização
- ◯ Não, porque o perfil curricular é insuficiente.
- ◯ Não, porque apenas profissionais da educação devem exercer.
- ◯ Eu não sei.
- ◯ Outro: _____

35. Este é um espaço livre para discussão sobre o tema. Deixe aqui seu comentário.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários